

Richa e Maciel acham que é inevitável 4 anos para Sarney



O senador José Richa e o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial o Brasília



Não deixa de ser uma irônica coincidência: no dia 15 de novembro (data em que, tradicionalmente, se realizam eleições no Brasil), a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte deverá votar a duração do mandato do presidente José Sarney e, muito provavelmente, aprovar apenas quatro anos, o que conduziria, se a decisão for ratificada pelo plenário, a eleições presidenciais em 15 de novembro de 1988.

"Agora ninguém mais tem como votar mais de quatro anos", dizia ontem à tarde o senador José Richa (PMDB-PR), absolutamente convencido de que a Sistematização e o plenário marcarão o pleito presidencial para 15 de novembro de 88.

A convicção de Richa só se fortaleceu depois de uma longa conversa ontem, em seu gabinete, com o senador Marco Maciel (PE), presi-

dente do PFL, destinada a passar em revista o cenário político, econômico e institucional brasileiro.

Conclusão da conversa: "É fundamental apressar o processo de transição" ou, concretamente, apressar o fim dos trabalhos do Congresso constituinte e o fim do mandato de Sarney.

Para chegar a essa conclusão, os dois senadores, expoentes da moderação e da cautela nas palavras, levaram em conta os seguintes fatores: 1) "o quadro geral é inquietante"; 2) "a situação externa é desfavorável ao Brasil"; 3) "a deterioração do cenário político é galopante".

Richa reconhece, entretanto, que a convocação de eleições no ano que vem "é condição necessária mas não suficiente" para conter o quadro global de crise. Por isso, ele e Maciel têm pressa em ver o final dos trabalhos constitucionais, de forma a permitir que o Congresso volte a desempenhar o seu papel de foro de discussão da conjuntura.

Batalha perdida

Que Richa e Maciel, recém-conver-

tidos à tese dos quatro anos de mandato para Sarney, considerem inevitável a realização de eleições no ano que vem, pode ser previsível. Mas, mesmo na área dos que defendem cinco anos, insinua-se fortemente a sensação de que estão travando uma batalha perdida.

"O resultado é imprevisível", diz, por exemplo, o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que não só defende cinco anos como é o autor de uma das emendas presidencialistas mais apreciadas pelo Palácio do Planalto. Até o mês passado, Moreira tinha certeza de que até na Sistematização seria aprovado um mandato de cinco anos.

Agora, ele reconhece que o movimento em favor dos quatro anos cresceu muito, opinião idêntica à do

senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, que ficou cinquenta dias afastado de Brasília, em recuperação de operação cardíaca.

Previsões

Entre os defensores dos quatro anos, variam ligeiramente as contas a respeito dos números: há quem diga que já são mais de cinquenta os membros da Sistematização favoráveis à eleição em 88, número superior à maioria absoluta (47). E há os que acham que os votos definitivamente conquistados para a tese são 46, um a menos, portanto, do que a maioria absoluta. Mas esta será atingida nos próximos dias, juram até mesmo os pessimistas.

Falta de paulistas impede aumento da bancada

Da Sucursal de Brasília

A ausência de cinco paulistas na Comissão de Sistematização, impediu que a representação de São Paulo na Câmara dos Deputados fosse elevada de sessenta para oitenta parlamentares: os senadores Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes e os deputados Theodoro Mendes, José Carlos Grecco e Antonio Carlos Mendes Thame.

São Paulo deveria ter na Câmara 115 deputados, pela população. Ou 125, a base de cálculo for o número de eleitores. O "pacote de abril", de 1977, entretanto, para favorecer as

bancadas nordestinas —onde o governo obtinha maiores votações— fixou um teto máximo de sessenta deputados, prejudicando os Estados mais populosos. A distorção torna-se mais grave se for confirmada a adoção do parlamentarismo, já que o governo é formado a partir do parlamento.

Na noite de quinta-feira, quando a matéria foi votada, a emenda do deputado Osvaldo Coelho (PFL—PE)—propondo a manutenção do quadro atual— foi aprovada por 47 votos contra 43. Os cinco votos paulistas poderiam reverter o resultado.

Atualmente, com 21% da população brasileira, São Paulo tem apenas 12% dos constituintes. Isso faz com que sejam necessários mais de duzentos mil votos para se fazer um deputado paulista, enquanto um acreano pode chegar a Brasília com menos de nove mil votos. "O voto paulista está valendo 22 vezes menos que o voto do acreano", diz o pernambucano Roberto Freire (PCB). No seu substitutivo, o relator Bernardo Cabral (PMDB—AM) incluiu a tese da elevação da representação máxima na Câmara para oitenta deputados.

Na quinta-feira, entretanto, Cabral também se ausentou do plenário.

Os planos das bancadas norte-nordestinas, contudo, vão além. Pretende-se transferir para a eleição presidencial essa desproporção, de forma que o candidato eleito não necessite da maioria dos votos dos brasileiros, mas da vitória na maioria dos Estados. O deputado José Luiz Maia (PDS—PI) apresentará essa emenda ao plenário do Congresso constituinte, onde os parlamentares do norte, nordeste e do centro-este somam 292 constituintes, ou seja, a maioria absoluta dos votantes.

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Manutenção da representação atual na Câmara

PMDB
Alfredo Campos (MG), Almir Gabriel (BA), Aluizio Campos (PB), Carlos Mascioni (MG), Celso Dourado (BA), Fernando Bezerra Coelho (PE), João Calmon (ES), José Geraldo Ribeiro (MG), José Ignácio Ferreira (ES), José Ulisses de Oliveira (MG), Nilson Gibson (PE), Osvaldo Lima Filho (PE), Pimenta da Veiga (MG), Raimundo Bezerra (CE), Wilson Martins (MS).
Suplentes: José Costa (MA), Márcio Braga (RJ), Marcos Lima (BA), Octávio Elisio (MG), Roberto Brant (MG)

PFL
Alceni Guerra (PR), Arnaldo Prieto (RS), Carlos Chiarelli (RS), Cristóvam Chiaradia (MG), Edme Tavares (PB), Eraldo Tinoco (BA), Francisco Dornelles (RJ), Inocêncio de Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Lins (CE), José Lourenço (BA), José Santana (MG), Luiz Eduardo Magalhães (BA), Mário Assad (MG), Oscar Corrêa (MG), Osvaldo Coelho (PE), Ricardo Fiuzza (PE), Sandra Cavalcanti (RJ). **Suplentes:** Enoc Vieira (MA), Jofran Frejat (DF), Jonas Pinheiro (MT), José Tinoco (PE)

PDS
Gérson Peres (PA), Jarbas Passarinho (PA), Virgílio Távora (CE). **Suplente:** Adylson Motta (RS)

PMB
Antônio Farias (PE)

PL
Adolpho de Oliveira (RJ)

PMDB
Ademir Andrade (PA), Antonio Britto (RS), Artur da Távola (RJ), Cid Carvalho (MA), Egidio Ferreira Lima (PE), Fernando Gasparian (SP), Fernando Lyra (PE), Francisco Pinto (BA), Haroldo Sabáia (MA), Ibsen Pinheiro (RS), João Herrmann (SP), José Fogaça (RS), José Richa (PR), José Serra (SP), Manoel Moreira (SP), Néelson Carneiro (RJ), Néelson Jobim (RS), Nelton Friedrich (PR), Paulo Ramos (RJ), Sigmaringa Seixas (DF), Virgildásio de Senna (BA). **Suplentes:** Chagas Rodrigues (PI), Israel Pinheiro (MG), Jorge Hage (BA), José Tavares (PR), Michel Temer (SP), Ulzurico Pinto (BA), Vilson Souza (SC)

PFL
Paulo Pimentel (PR). **Suplente:** Ricardo Izar (SP)

PDS
Antônio Carlos Konder Reis (SC)

PDT
José Maurício (RJ), Lysáneas Maciel (RJ). **Suplente:** Bocayuva Cunha (RJ)

PT
Plínio de Arruda Sampaio (SP). **Suplente:** José Genoino (SP)

PTB
Francisco Rossi (SP), Gastone Righi (SP), Joaquim Beviláqua (SP)

PSB
Suplente: Beth Azize (AC)

PCB
Roberto Freire (PE)

PC do B
Haroldo Lima (BA)

PDC
Suplente: José Maria Eymael (SP)



PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA CÂMARA

Relação entre a participação das regiões e de São Paulo na população brasileira (o número de cadeiras é estabelecido em função da população, não do eleitorado, ressalte-se) e a participação das regiões e de São Paulo na Câmara dos Deputados (%)

Região	Participação na população brasileira	Participação na Câmara (hoje)
Norte	5%	10%
Nordeste	29%	31%
Centro-Oeste	7%	8%
Sudeste	43%	35%
Sul	16%	16%
São Paulo	22%	12%

Sant'Anna critica UBE por ataques à Constituinte

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) criticou ontem o ataque que os empresários da UBE (União Brasileira de Empresários) fizeram ao Congresso constituinte, anteontem em Brasília. "Eles podem dizer o que quiserem, quem dá legitimidade à Constituinte é o voto da população que nos elegeu"—disse.

Sant'Anna citou especialmente as críticas do empresário Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantim, que previu uma "crise moral" em função de algumas votações do Congresso constituinte. "Concordo com o direito de ele dizer, mas não concordo como que ele disse. Estamos num regime democrático, e imaginar que tudo que aqui se vota será matéria de louvação pelo Brasil é utopia".

O deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), líder do "Centrao" e filho do ministro Antonio Carlos Magalhães, o movimento liberal-conservador formado há algumas semanas dentro do Congresso constituinte, também rejeitou as críticas dos empresários. "Esses empresários são incompetentes, eles não podem atrapalhar quem está aqui trabalhando".

Magalhães lembrou que o "Centrao" visa, dentro do Congresso constituinte, defender justamente os princípios da livre iniciativa e, portanto, "é incompetência ficar agredindo genericamente as instituições". Deu um exemplo: "será a mesma coisa se começarmos a acusar todos os empresários, genericamente, de corruptos".

Moreira diz se aliar a Brizola por presidencialismo

Da Sucursal do Rio

O governador do Rio, Wellington Moreira Franco, 43, disse ontem que para defender o sistema presidencialista de governo subirá aos palanques até na companhia do ex-governador Leonel Brizola, do PDT, seu principal adversário político. Brizola está anunciando para o fim do mês um grande comício na Cinelândia (no centro do Rio) em defesa do presidencialismo e de eleições diretas para presidente da República e para o Congresso em 1988.

Em seu programa semanal "Bom Dia, Governador", transmitido às 9h pela Rádio Roquete Pinto, emissora oficial do Estado do Rio, Moreira disse que "se os constituintes quiserem mudar o regime, eles têm soberania para isso, mas há um problema ético: eles têm que convocar um plebiscito, porque o presidencialismo no Brasil é fruto do voto".

As votações são nominais. Primeiro, são chamados os titulares e, se não for alcançado o quórum de 93 membros, convocam-se os suplentes. A chamada segue até o preenchimento do quórum de cada partido. Depois de chamados todos os titulares e suplentes, a votação será válida, bastando que se ultrapasse 47 votos (maioria absoluta dos membros).